

Juízo da 8ª Unidade Jurisdicional Cível - 24º JD da Comarca de Belo Horizonte/MG. **EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO.** Expedido nos autos de Execução de Título Extrajudicial, **Processo 9077650-31.2018.8.13.0024**, distribuída aos 04/05/2022, ajuizada por FABRICIO RENAN ALVES DE ASSUNCAO, CPF/CNPJ: 784.234.146-04 (representada por seus procuradores MARCELO PEREIRA DA CONCEICAO - OAB MG137534 - CPF: 824.135.926-87), em face de GILBERTO PEREIRA SOUZA, CPF/CNPJ: 343.743.706-25, (representados por seus procuradores ANDRE LUIS MOREIRA DE SOUZA - OAB MG114663 - CPF: 065.748.476-80), para a cobrança do débito no valor de R\$ 56.161,01 (cinquenta e seis mil cento e sessenta e um reais e um centavo), em 15/04/2024. O Dr. Mauro Ferreira, Juiz(a) de Direito, da 8ª Unidade Jurisdicional Cível - 24º JD da Comarca de Belo Horizonte/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que será levado à Leilão, exclusivamente na modalidade de eletrônico, por meio do Portal: [www.gpleiloes.com.br](http://www.gpleiloes.com.br), o bem abaixo descrito, na seguinte forma:

**PRIMEIRO LEILÃO:** início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/07/2026 a partir das 11:00hs, a quem maior lance oferecer, não inferior ao valor da avaliação. Não havendo arrematação no período do 1º leilão, imediatamente inicia-se o 2º leilão, a quem maior lance oferecer, desde que não seja inferior ao valor de 50% (cinquenta por cento) da avaliação.

**SEGUNDO LEILÃO:** no dia 14/07/2026 a partir das 11:00hs, inicia-se o fechamento do 2º leilão, a quem maior lance oferecer, desde que não seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação do bem. Caso não haja expediente forense nas datas designadas, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo portal e horário. Não havendo licitantes nas datas acima descritas, fica desde já redesignado o leilão para os dias: 1º leilão 23/07/2026 às 11:00hs. 2º Leilão: 30/07/2026 às 11:00hs.

**LOCAL DO LEILÃO:** O leilão será realizado apenas de forma ELETRÔNICA pelo portal [www.gpleiloes.com.br](http://www.gpleiloes.com.br). **RELAÇÃO DOS BENS:** Lote 01 - Uma parte de terra na zona rural de Corinto/MG, contendo cinquenta e quatro hectares, setenta e três ares (54,73 ha) de terra, sendo dez hectares, oitenta e sete ares (10,87 ha) de terras de cultura, quarenta e três hectares e oitenta e seis ares (43,86 ha) de terra de campo, parte da divisão da Fazenda Capão do Rocha, lugar denominado Riacho Seco, com as seguintes divisas e confrontações: começa no marco nº 21, cravado à beira do aramado de divisa com Antônio Soares de Oliveira e irmãos, daí pela linha divisória com o herdeiro Adão Geraldo de Souza, até o marco nº 20, cravado à beira do Córrego do Riacho Seco, pela margem esquerda descendo o córrego, até o marco nº 15, cravado à beira do córrego e da divisa com Antônio Soares de Oliveira e irmãos, daí, pelo aramado de divisa com Antônio Soares de Oliveira até o marco nº 22, no alto

do cerrado de divisa com Antônio Soares de Oliveira e irmãos, daí, ainda pelo aramado com Antônio Soares de Oliveira e irmãos até o marco nº 21. AVALIAÇÃO: R\$656.760,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta reais), cálculo datado de 07/11/2025, conforme auto de penhora e avaliação. **MATRÍCULA:** Imóvel devidamente matriculado, sob o n.º 5.540 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca Corinto/MG. **AVERBAÇÕES NA MATRÍCULA:** R.4 - averbação de penhora.

**LOCALIZAÇÃO DOS BENS:** Fz. Fazenda Capão do Rocha, 0, Capão do Rocha, CEP 39.200-000, Corinto/MG.

**DEPOSITÁRIO:** Gilberto Pereira Souza Soares, RG:CPF:343.743.706-25.

**LEILOEIRO OFICIAL:** Sr. GUSTAVO COSTA AGUIAR OLIVEIRA, Matrícula JUCEMG nº 507, desde já ficam nomeados como Leiloeiros substitutos para atuarem em caso de eventual imprevisto a este leiloeiro, conforme Art. 13 da Lei 21.981/32: Paschoal Costa Neto, Mat. JUCEMG nº. 584 e Carolina Camargos Marques Florentino, Mat. JUCEMG 997.

**DO LEILÃO ELETRÔNICO:** 1º) O usuário interessado em participar da alienação judicial deverá se cadastrar previamente no site [www.gpleiloes.com.br](http://www.gpleiloes.com.br), que será gratuito e constituirá requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica. 2º) A recepção de lances será aberta com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data designada para o início do período em que se realizará o leilão. O encerramento do período de recebimento de lances para aquisição de cada item respeitará o cronômetro regressivo indicado na "Tela de lances" do portal do leiloeiro. Caso algum lance seja recebido com o cronômetro regressivo indicando menos de 3 (três) minutos para o encerramento, o prazo para oferta de lances será prorrogado em três minutos. A extensão para envio de lances poderá ocorrer sucessivas vezes até que transcorram 3 (três) minutos sem nenhum lance.

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento deverá ser efetuado em até 24 horas da realização do leilão, ou no prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução, lavrando-se no respectivo auto, através de depósito judicial e encaminhado para o leiloeiro no e-mail [intimacoes@gpleiloes.com.br](mailto:intimacoes@gpleiloes.com.br), sob pena de invalidez. **COMISSÃO DO LEILOEIRO OFICIAL:** A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O pagamento da comissão será efetuado em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do leilão por meio de depósito em conta bancária do leiloeiro, que será informada ao arrematante, devendo o mesmo encaminhar o comprovante para o e-mail [intimacoes@gpleiloes.com.br](mailto:intimacoes@gpleiloes.com.br). No caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou

remição, e, no caso de Adjudicação, a remuneração da leiloeira será paga pelo adjudicante, e depositada antes da assinatura da respectiva carta. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

**CONDIÇÕES DE LEILÃO:** **1º)** Os débitos de IPTU e taxas sub-rogam-se no valor da arrematação na forma do art. 130, § único, do CTN, e os demais créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (Art. 908 e §§, do CPC). **2º)** Caberá aos arrematantes tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a regularização e transferência do bem. **3º)** As medidas e confrontações do imóvel e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários e/ou laudo de avaliação anexado aos autos do processo e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Para todos os efeitos, considera-se a venda do bem imóvel como sendo "ad corpus", não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis. Caberá aos interessados verificarem, junto ao Município e demais órgãos competentes, eventuais restrições quanto ao uso do imóvel. **4º)** Caso o bem imóvel esteja ocupado, caberá ao arrematante arcar com todo e qualquer custo para a desocupação do referido bem. **5º)** Em casos de inadimplência ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do leiloeiro. **6º)** Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, *“Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no “caput” deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.”* **7º)** A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, observadas as disposições do art. 903 do CPC. **8º)** O presente edital será publicado no site [www.gpleiloes.com.br](http://www.gpleiloes.com.br) conforme Art.9º,§2º da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018 e Art.887, §2º do CPC/15. **DA PROPOSTA:** Os interessados em adquirir o bem penhorado em prestações poderão apresentar: **a)** até o início do primeiro leilão, proposta para aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **b)** até o início do

segundo leilão, proposta para aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis (art. 895, §1º, do CPC). As propostas deverão ser apresentadas ao Juízo da execução, nos autos do supracitado processo. A apresentação de proposta não suspende o leilão (art. 895, §6º, do CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (art. 895, §7º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC). **INTIMAÇÃO:** Fica desde logo intimado o(a) Executado(a), e seu cônjuge se casado for, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I do CPC/2015, bem como que poderá(ão) oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no §1º do art. 903 do CPC será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903 §2º do CPC/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte/MG, 26 de maio de 2026. Eu, xxxxxxxxx, Escrivão (ã) judicial, conferi e assino Dr.(a) Mauro Ferreira, Juiz(a) de Direito. Belo Horizonte/MG.